



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

REQUERIMENTO Nº DE 2017
(Do Sr. Edmilson Rodrigues)

Requer a realização de audiência pública destinada a debater o PL nº 6.817/17.

Exmo. Sr. Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, nos termos dos arts. 24, III, 117, VIII, e 255, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, ouvido o Plenário desta Comissão, seja realizada Audiência Pública com vistas a subsidiar os debates sobre o Projeto de Lei nº 6.817/2017, do deputado Hildo Rocha, que "Determina a realização de auditoria na dívida pública federal nas condições que especifica". Para tanto, sugerimos a seguinte temática para a audiência pública: "Brasil: crise capitalista e dívida pública - razões para o (des)cumprimento do Art. 26 do ADCT da Constituição Federal".

Para tal reunião requeremos que sejam convidados:

1. Sr. Rodrigo Ávila - Representante da Auditoria Cidadã da Dívida;
2. Sr. Carlos Alberto Ferreira Lima – Doutor em Desenvolvimento Econômico e Social pela Universidade de Paris - Sorbonne;
3. Sr. Diego Monteiro Cherulli - Pós-graduando em Direito Tributário e Econômico - Vice-Presidente da Comissão de Seguridade Social da OAB/DF.

JUSTIFICAÇÃO

A crise econômica tem reforçado a ideia da insustentabilidade das contas públicas, que serviu como argumento para a promoção de diversas reformas liberais. Não obstante as diversas medidas adotadas pelo governo para redução das despesas primárias, o que se tem observado é o aprofundamento da recessão e o aumento da dívida pública federal.

A dívida pública nunca foi auditada, como determina a Constituição Federal, e, conforme denunciado inclusive por Comissões do Congresso Nacional, tem indícios de ilegalidade, além de mecanismos financeiros que geram dívida sem contrapartida alguma ao país.

A dinâmica que associa juros elevados e prazo de vencimento curto torna a dívida um grande peso para o conjunto da sociedade e evidencia que o crescimento do endividamento público está mais relacionado a decisões de política monetária, e não de política fiscal. Essas decisões estão associadas à prática de elevadíssimas taxas de juros, operações de swap cambial e operações compromissadas.

A constatação acerca da atuação desses mecanismos meramente financeiros é algo que se repete tanto internamente no Brasil (em relação à chamada dívida dos estados), como em outros países. Essa constatação permitiu que identificássemos a existência de um “Sistema da Dívida”, isto é, a utilização do endividamento público às avessas, ou seja, em vez de servir para aportar recursos ao Estado, o processo de endividamento tem funcionado como um instrumento que promove uma contínua e crescente subtração de recursos públicos, que são direcionados principalmente ao setor financeiro privado.

É essencial, portanto, entender os condicionantes da formação e do crescimento do endividamento brasileiro e de que forma a dívida pública está servindo ao conjunto da sociedade, especialmente no contexto de crise que vive o país.

O projeto de lei nº 6.817/2017, de autoria do deputado Hildo Rocha, trata da realização de auditoria independente da dívida pública federal a cada dez anos. Em face da complexidade que envolve a matéria, a realização de uma Audiência Pública trará novas informações ao debate.

Desta forma, a Audiência contribuirá para que a CFT e esta Casa tomem uma posição mais amadurecida sobre o Projeto de Lei em questão.

Sala das Comissões, em de agosto de 2017.

Edmilson Rodrigues
Deputado Federal – PSOL/PA

César Halum
Deputado Federal – PRB/TO

Hildo Rocha
Deputado Federal – PMDB/MA

André Figueiredo
Deputado Federal – PDT/CE

Celso Pansera
Deputado Federal – PMDB/RJ